

OUTRAS “CARTAS DE LONDRES”: *O Mapa Cor de Rosa* DE MARIA

VELHO DA COSTA
(CONTRIBUTOS para uma
cartografia enunciativa
de escritores em “passagem
de estar”)

Ana Paula Coutinho¹
Universidade do Porto

RESUMO:

Este estudo procura desenvolver uma leitura relacional entre as crónicas enviadas de Londres por Maria Velho da Costa, reunidas em *O Mapa Cor de Rosa*, e aquelas outras enviadas também da capital inglesa, um século antes, por Eça de Queiroz. Além de evidenciar *topoi* comuns e efeitos de contraste entre esses textos não só distantes no tempo, como resultantes de uma deslocação simultaneamente física e literária, é ainda propósito nuclear desta análise contribuir para a caracterização do quadro enunciativo do “escritor deslocado” ou “em passagem de estar”, por aproximação e diferença do “escritor viajante” e do “escritor exilado”.

ABSTRACT:

This study attempts to develop a relational reading between the chronicles sent from London by Maria Velho da Costa, collected in *O Mapa Cor de Rosa*, and those also sent from the British capital, a century before, by Eça de Queiroz. Besides bearing the purpose of verifying *topoi* and effects of contrast that may be common to those texts, distant in time, but also result of a dislocation simultaneously physical and literary, this analysis also aims at contributing to the characterization of that marks the enunciative frames of the ‘dislocated writer’ or ‘the one in-between being’ by approach and difference from the ‘traveller writer’ or the ‘exiled writer’.

PALAVRAS-CHAVE:

Maria Velho da Costa, crónica, escritor deslocado, exílio, Eça de Queiroz, deslocação criativa, Londres

>>

KEYWORDS:

Maria Velho da Costa, chronicle, dislocated writer, exile, Eça de Queiroz, creative dislocation, London

*E agora, Joseph? Que é que muda os costumes
de um povo, de uma comunidade antiga, provada?
A meu ver quase nada, excepto a deslocação,
et encore — ainda se come bacalhau nas consoadas
de Vancouver.*

Maria Velho da Costa

48>49

A leitura que aqui proponho sobre a escrita cronística de autores em contexto de deslocação física do seu país natal começa por apresentar algumas coincidências de ordem centenária que, podendo ser fruto de mero acaso, parecem-me revestir-se de alguns aspectos curiosos, susceptíveis de concorrer para uma reflexão não apenas de ordem intertextual mas também intratextual e intercultural, capaz de evidenciar o quanto aquilo que começa por ser um circunstancialismo exterior, associado a factores extra-textuais, acaba por transformar-se num deslocamento interiorizado e textualizado, porventura mais marcante do que algumas metáforas pós-modernas da “viagem” e da “deslocação”, oportunamente expostas e debatidas por Caren Kaplan (1996). Simultaneamente, procuro contribuir para uma caracterização do quadro enunciativo do “escritor deslocado”, por vezes (auto-)designado como “expatriado”, aproximando-o e distinguindo-o daqueles que envolvem o “escritor viajante”, o “viajante escritor”, bem como o “escritor exilado”, que já têm sido alvo de numerosas abordagens no âmbito da Literatura Comparada.

Desenvolvido no contexto de uma indagação multivectorial em torno de “deslocações criativas”, por altura justamente das Comemorações do Centenário da Implantação da República Portuguesa, o meu estudo concentra-se aqui na análise relacional de um livro de Maria Velho da Costa, editado em 1984, cujo título — *O Mapa Cor de Rosa* — evoca aquele documento que, exactamente um século antes, em 1884, era apresentado no congresso de Berlim como pretensão colonial portuguesa de unir os territórios de Angola e Moçambique, mas que viria a merecer a mais viva reacção de Inglaterra e a culminar nas exi-

gências de retirada lavradas pelo Ultimato de 1890. Considerado como suprema humilhação nacional, esse desfecho viria a contribuir, como se sabe, para afectar a imagem da Monarquia portuguesa e para agravar o descontentamento social que levariam à implantação da República, vinte anos depois.

Naquilo que faz ecoar tanto do mundo colonial(izado) como dos meandros das relações e da aliança luso-britânicas, não deixa portanto de ser curioso e subtilmente irónico o título escolhido por Maria Velho da Costa para a edição em livro das crónicas que, na década de 80 do século XX, a romancista foi enviando de Londres para Lisboa, mais precisamente para o jornal *A Capital*², durante parte do período em que residiu na capital inglesa, primeiro como escritora-residente e bolsreira da Fundação Calouste Gulbenkian no Departamento de Estudos Portugueses do King's College, depois como Leitora de Língua e Cultura Portuguesa do mesmo Departamento. Decorria então também um século a separar (ou a ligar) essas designadas "Cartas de Londres" (subtítulo de *O Mapa Cor de Rosa*) de outras cartas-crónicas, enviadas por Eça de Queiroz para os jornais *A Actualidade*, do Porto, e *Gazetas de Notícias*, do Rio de Janeiro, no período em que o escritor cumpriu missão consular em Newcastle e Bristol. Essas missivas públicas viriam a ser postumamente reunidas em volume com o título respectivo de *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres* (Queiroz').

Mesmo que seja possível partir do princípio que "não se escapa a Eça com facilidade" (Diogo 2006: 8), e é evidente que a autora de *Madame* não escapou à marca nem da sua lupa social nem da sua ironia constitutiva e corrosiva, não é meu propósito aproveitar a coincidência da efeméride para estabelecer uma filiação entre as crónicas inglesas oitocentistas do autor de *O Primo Basílio* e as da autora de *Maina Mendes*. Interessa-me, isso sim, assinalar alguns *topoi* comuns e outros tantos efeitos de contraste entre esses textos periféricos, *deslocados*, alguns classificarão mesmo de estatuto discursivo marginal, da autoria de escritores em período de ausência do seu país e cultura de

origem. Cruzamentos que, além de traduzirem idiosincrasias literárias diversas e circunstâncias históricas próprias, contribuirão para tornar evidente como a relação entre tempos e vozes pode ser, em si mesma, produtora de sentidos que nos levam a conceber de modo renovado os diferentes textos e realidades envolvidos.

Num e noutro caso, estamos perante escritores já reconhecidos quando se comprometem a comunicar à distância com o público-leitor, através da imprensa jornalística e de forma textualmente híbrida, aliás retratada com todo o sabor por Eça de Queiroz na sua colaboração para *O Distrito de Évora* (Queiroz¹: 107-108), porquanto neles podem caber tanto a crónica de costumes como a crítica política e social de Portugal, do país de acolhimento ou do panorama internacional; a reflexão sobre a literatura; diferentes excursos sobre os mais variados “fait-divers”; ou ainda de modo mais individualizado, um diário de estadia. Ora, o lugar e estatuto de enunciação desses textos está longe de ser irrelevante, uma vez que concentra e projecta o poder simbólico de que desfrutam os seus autores enquanto vozes publicamente autorizadas e reconhecidas por um estilo singularizado em obra criativa prévia ou paralela. Mas também o facto de se tratar de textos escritos e enviados do estrangeiro não é de somenos importância, desde logo porque prevê e adensa expectativas em relação ao que está distante e é, em geral, desconhecido pela maioria dos receptores. Claro que essas janelas discursivas abertas para o mundo eram mais ansiadas e decisivas para um leitor oitocentista do que para aquele que a elas assomaria no último quartel do século XX; todavia, a partir do momento em que existe uma distância física expressamente declarada entre escritor e leitores, e que essa distância é inclusive aduzida como factor de interesse e implícito protocolo de leitura - como sói acontecer nas colaborações na imprensa enviadas por autores residentes ou radicados no estrangeiro -, é normal que ela condicione tanto os pólos emissor como receptor. Ambos são levados a enfatizar ou a sobreva-

lorizar algumas estratégias de compensação ou de idealização dessa condição de deslocado(a).

Num país e numa cultura de longa tradição de *estrangeirados*, a relação com as vozes e os olhares de portugueses radicados no estrangeiro ou de lá chegados, esteve frequentemente marcada por uma mistura, não raro paradoxal, de curiosidade, de enlevo, de indiferença ou de despeito, com variações a que não eram de todo alheias as razões que ditavam a ausência da pátria e o modo como essa espécie de “filhos pródigos” continuava a conceber e a relacionar-se com a sua comunidade real e imaginária de pertença.

>>

Nos casos em apreço, estamos perante dois escritores deslocados por razões fundamentalmente profissionais, sem impedimento legal de regresso ao país, ao contrário dos exilados políticos, e sem as incertezas quanto à sua afirmação extra-territorial e quanto ao retorno, como acontece em geral com os emigrantes. São escritores que já o eram antes da deslocação e que se encontram num estatuto híbrido de “passagem de estar”, para aqui utilizar a curiosa expressão de Maria Velho da Costa. Essa condição separa-os tanto da transitoriedade do escritor viajante e da literatura de viagens – esta sob a égide de “um estar de passagem” –, como do *pathos* do escritor exilado ou desterrado – geralmente “num estar traumático de incertezas” e impedido de comunicar com o seu leitorado mais natural³ –, como ainda do sedentarismo do escritor que coincide no país com a maioria dos seus leitores, ou seja, para quem “estar” é de princípio e de regra⁴.

Se o(s) lugar(es) de enunciação, na sua expressão mais imediatamente referencial, sobressaem, por princípio, dos textos dos escritores-viajantes ou dos mais casuais viajantes-escritores, já a significação do quadro enunciativo dos escritores deslocados, entenda-se, a viver e a escrever fora do país de origem, e muitas vezes numa língua que não é aquela que os rodeia no quotidiano, nem sempre é internamente valorizado ou reflectido pelos próprios escritores, nem tão-pouco tido em

conta pelas suas comunidades leitoras e interpretativas. Muitas vezes, uns e outras só acessória ou genericamente são sensíveis ao facto de se estar perante molduras de experiência e de escrita que não coincidem de todo com as circunstâncias seja do viajante, seja do exilado (leia-se aqui, especificamente, daquele impedido de regressar à terra natal). Ora, essa dimensão extra-territorial dificilmente pode ser esquecida no caso das crónicas publicadas na imprensa nacional por escritores residentes ou radicados no estrangeiro. Esse tipo de textos manifesta um lugar intersticial por excelência, uma duplicidade de perspectivas (lá e cá, ausência e presença) e, logo, uma hibridez discursiva a que não é também alheia, em geral, a escrita de cariz narrativo ou poético que paralelamente levem a cabo os respectivos autores. Poder-se-á mesmo dizer que é nos limites ou limitações das crónicas, desde logo de ordem editorial, que se jogam a duplicidade enunciativa bem como outras potencialidades criativas da deslocação, entendida esta não apenas como um circunstancialismo de ordem biográfica ou como mero factor externo de escrita, mas também como motor de construção identitária do próprio escritor, bem assim como de revelação dos mundos de que se nutrem os imaginários tanto do autor como dos seus leitores.

O tempo de “estar” à distância, mais do que apenas “visitar” ou “passar por” uma terra estrangeira, como viajante ou turista, levará o escritor deslocado a repensar as suas referências mais habituais e a rever o seu projecto literário, ao mesmo tempo que lhe é permitido imbuir-se de toda uma série de subtilidades do quotidiano no estrangeiro, bem como das mais variadas especificidades socioculturais que agudizam a sua capacidade de observação, de interiorização e de concepção tanto do alheio como do próprio, inclusive por via de novas relações que estabelece quer com o mundo que o rodeia, quer com o seu público leitor: “Fora do território mútuo as relações mudam. Como uma paisagem sob luz nova, neve ou bruma em terra soa-lheira.” – escreve a autora de *O Mapa Cor de Rosa* (Costa 1984:

92). E mesmo que se pense que essas são consequências inscritas na ordem das evidências, e por conseguinte de débil alcance hermenêutico, já não poderá considerar-se de todo irrelevante que surjam reconhecidas e integradas como meta-reflexão da escrita e como forma de consciência identitária, tal como acontece a crônicas tantas, num dos registos de Maria Velho da Costa:

Quanto devemos da percepção e receptividade aos estímulos do *onde estamos*, ao *com quem estamos*, em *que língua* estamos, bem sei. Em Londres, em duas línguas, isso digo, muito mais plenamente, portuguesa. (Costa 1984: 196)

>>

Ou ainda quando a autora reconhece entender como o exílio pode ser “compulsivamente interferente”, no seguimento de uma interessante carta que relaciona noções de violência e de carência com a situação social e política que então se vivia tanto em Inglaterra como em Portugal: “Estar longe do chão onde se botou raízes e onde se afinaram as folhas, é violência, é carência. Que distorce a percepção, ainda que a afine” (*idem*: 144).

Comecei por chamar a atenção para o acerto temporal entre o título destas “Cartas de Londres” e o centenário do documento que de modo indelével marcaria as relações entre Portugal e Inglaterra, enquanto potências coloniais nos finais de Oitocentos. Mas essa coincidência ganha um outro alcance, chame-se-lhe uma ironia do tempo ou da História, quando constatamos que a representação londrina de *O Mapa Cor de Rosa* é pautada por uma mais ou menos subtil cenografia pós-colonial que abre logo com uma visão apocalíptica, curiosamente intitulada “Restos”, leia-se resquícios, ruínas daquilo que o Império colonial teceu, ou ainda sinais de “O Novo Império dentro da Inglaterra”, como lhe viria a chamar o conhecido autor de *Midnight's Children* (Rushdie 1994: 151 e segs), e que levariam também a escritora portuguesa a observar, com implacável argúcia: “A Inglaterra esbraceja ainda com uma vinheta vitoriana e imperial a servir-lhe de espelho” (Costa 1984: 147).

Um século antes, era Eça de Queiroz quem também de

Inglaterra escrevia sobre mais uma campanha no Afeganistão, preço que o grande império britânico pagava para periodicamente controlar a proximidade com “milhões de homens fanáticos, batalhadores e hostis” (Queiroz¹: 9), de acordo com o olhar ocidental. É certo que ainda não tinha chegado a hora de questionar, aberta e amplamente, os fundamentos da colonização europeia nem o discurso ideológico que suportava o Orientalismo, como um século depois desmontaria Edward Said (2004), mas havia algumas notas lúcidas na escrita de Eça de Queiroz que faziam já pressentir o crepúsculo de uma civilização imperialista, os seus desmandos e injustiças de natureza econômica, étnica e política. Depois de pôr a ridículo o afincado patriótico pela “*fronteira científica*” e de enumerar as exigências bélicas do(s) Império(s), o autor de *O Crime do Padre Amaro* concluía com humor transvestido de algum despeito: “Antes possuir apenas um quintal, com uma vaca para o leite e dois pés de alface para as merendas de Verão...” (Queiroz²: 9-10).

À partida, outro era já o panorama quando Maria Velho da Costa escrevia da capital inglesa. Admiradora confessa de Londres e daquela que considera ser a sua sofisticação fiel à natureza, nem por isso as suas crónicas deixam de transparecer o ambiente de degeneração e de violência no quotidiano da capital inglesa de uma outra década de 80, a braços com uma forte crise social, com greves, desempregados e múltiplas minorias étnicas, com a questão da Irlanda - uma “história melancólica” chamava-lhe já Eça em meados do século XIX - e que, em finais do século XX, ou seja, várias décadas depois do estabelecimento do Estado Livre Irlandês e da Proclamação da República da Irlanda, continuava a explodir como “uma guerra colonial quase dentro de casa” (Costa 1984: 64). Em suma, uma Inglaterra a braços com toda a “estuância do desabar do Império” (*idem*: 175), marcada por uma “normalidade quase arrepiante” (*idem*: 98), visível não propriamente ao simples turista mas “a quem ela emigre por tempo que baste” (*idem*: 194), como sublinhou Maria Velho da Costa. Dado que a sua estadia em Inglaterra coincidiu com a

Guerra das Malvinas, as observações da autora acabariam por verter-se também sobre esse sinal de “desrazoado fim de Império”, comentado então com a acutilância tão irônica quanto crítica de quem assistia às manobras majestáticas para defesa da honra nacional e passado imperial. E se acaso essas observações podiam deixar transparecer algum deleite revanchista pelo destino do famoso “Mapa Cor de Rosa” face à prepotência britânica, logo a romancista, em pena breve de cronista, ressaltava o acerto involuntário da História: “o que lá vai, lá vai, foi-nos talvez mal que a longo prazo veio por bem” (*idem*: 200).

Mas nem só de referências declaradamente sociais e políticas se fizeram as missivas públicas que Eça e Maria Velho da Costa remeteram de Inglaterra. Existem nelas outros “lugares comuns” que, quando cotejados entre si, revelam também a eloquência da História das representações e dos respectivos imaginários sociais e estéticos. Num dos casos, trata-se da glosa expressa ao Inverno. É certo que as estações do ano sempre constituíram tema de conversa trivial e dos mais variados exercícios de escrita... Além disso, nada é mais natural que dois indivíduos desenraizados de um país meridional se mostrassem sensíveis ao rigor e à falta de luminosidade do inverno vivido a norte da Europa. Eça de Queiroz aproveitava a condição meteorológica para expandir uma visão tão *snob* quanto irônica de uma Londres deserta dos seus *lords e gentlemen*, habitada apenas – anotava ele – por três a quatro milhões de “uma humanidade subalterna, feita de um barro vilão, sem valor social em Inglaterra”, onde pontuava uma “decoração de inferno” (Queiroz¹: 38), marasmo a que as mulheres da alta sociedade tinham reagido ao aderir em força à *estação de Inverno* para diversão e *glamour* da capital.

Maria Velho da Costa, por sua vez, menos mundana e mais sensível às repercussões da dureza da estação na condição dos desalojados, congratular-se-ia com o inverno dos interiores e da interioridade, em que “a noite cai tão cedo que conta-mina todo o dia do seu ardor fechado” (Costa 1984: 78), e se abre “como nenhuma outra estação, para esses grandes hiatos

>>

da presença, da memória” (*idem*: 79). Ainda que estejamos perante um assunto da mais limitada circunstância, as distinções na representação do Inverno londrino destes dois escritores parecem-me não se esgotar em diferenças de ordem histórica e social. Prefiguram mundividências literárias específicas, pelo que julgo podermos reconhecer nesse modo de expansão da comum banalidade do “inverno” uma metáfora do tipo de subjectividade e do modo de redescrição do real próprias a cada um destes dois escritores. Nesse sentido, é por demais evidente que à permeabilidade e expressividade centrífugas do autor oitocentista acaba por se opor a sensibilidade iminentemente (auto)reflexiva da autora do século XX.

Da cartografia da experiência quotidiana inglesa para leitor português apreciar e, porventura, informar, fazia também obrigatoriamente parte a revisão das novidades literárias. E, nesse capítulo, apesar da distância temporal, existe alguma consonância entre os dois autores. Eça de Queiroz enfatizava a quantidade de livros editados em Inglaterra, destacava a atracção dos ingleses pela “literatura de viagem”, de que enumerava os múltiplos títulos publicados em apenas duas semanas; referia-se àquilo a que chamava – já na altura – uma autêntica “fabricação industrial” de romances, aos “montões, montanhas – e monturos!” (Queiroz²: 28) e, por outro lado, confessava também não ter paciência para revolver todo o lirismo que então se publicava ou anunciava. A conclusão de todas essas enumerações e alusões a listas também compactas de “Teologia, Controvérsia, Exegese” (*idem*: 28), surgia no final da crónica, quando à laia de uma pequena história, o escritor deixava subentender que tanta profusão contrastava claramente com a míngua de livros em Portugal, inclusive com a ausência de uma literatura infantil, nem sequer importada, como noutra crónica haveria de assinalar (*idem*: 53). Fazia ainda notar que a enorme quantidade de livros publicados não significava, por si só, a existência de verdadeiras novidades literárias. Alegadamente, aquilo que proliferava era uma intensa indústria de novelas,

“regular como a fabricação do pão, para manter vibrantes os nervos das misses e das ladies” (*idem*: 283) – sublinhava, com indisfarçável desdém, o nosso escritor-diplomata.

Um século depois, seria a vez da autora de *O Mapa Cor de Rosa* apontar a existência de uma enorme discrepância entre as tiragens de milhares de exemplares das variadas vertentes de uma literatura de supermercado, e a ausência ou crise de uma literatura de *qualidade*, capaz de substituir o enlevo com que, no passado ainda recente – lembrava Maria Velho da Costa –, se tinham lido os romances ingleses baseados “(n)uma perspectiva centrípeta e inalterável: o império, a teatralidade do sistema de castas britânico, a intrínseca bondade duma percepção pragmática da realidade *tal como se reconhece*” (Costa 1984: 45). O redimensionar do espaço e tempo britânicos, a alteração nas relações de força entre centro e margens, viriam a brotar dentro em breve sob a forma de texto longo e dito *difícil*, cujo sucesso editorial a escritora também assinalou em crónica de Fevereiro de 1982, congratulando-se com esse sinal de um interesse renovado pelo autor de ficção como “produtor de sentidos” (*idem*: 153).

Não será difícil atestar da veracidade ou da correcção do panorama literário inglês apresentado por qualquer um destes autores (como, aliás, de outras referências à sociedade inglesa), mas qualquer estudo imagológico nos lembra que uma imagem literária sobre o estrangeiro vale não exactamente pela alegada “veracidade” do que declara, mas pela relação que sugere ou que estabelece entre entidade observada e entidade observadora⁵. Quer dizer, neste caso, que os retratos do mundo literário quer de Eça de Queiroz quer de Maria Velho da Costa são sobretudo significativos pela ideia ou pelo cânone de literatura que veiculam, pela reacção comum aos sinais de massificação que foram atingindo a literatura, e ainda pela relação de força que implicitamente estabelecem entre os campos literários inglês e português, mais ainda (no caso de Eça) com a literatura francesa, como se tornaria evidente no seu póstumo e famoso texto “O Francesismo” (Queiroz³: 335).

>>

De resto, a “consciência contrapontística” (Said 2004: 194) é muito comum a todos os deslocados (exilados, expatriados ou migrantes) que, inconsciente ou conscientemente, estão sempre a comparar, ou seja, a aproximar e/ou a diferenciar o país/cultura de acolhimento e o país/cultura de origem, adensando para tanto as diferentes componentes da “comunidade imaginária” de pertença, de identificação ou de referência. O *topos* da exaltação ou da crítica da pátria (pólos só aparentemente opostos de uma mesma dependência discursiva em relação à *origem*) insere-se justamente nessa recriação da distância, mas nem sempre de distanciamento, onde muitas vezes se digladiam os afectos e a razão.

Não foi nas crónicas enviadas de Inglaterra que Eça de Queiroz mais se deteve e esmerou na crítica directa a Portugal, mesmo assim foi naquelas destinadas ao Brasil que o co-autor de *As Farpas* não poupou a tacanhez lusitana, aproveitando para tanto alguns retratos da imprensa inglesa, nomeadamente o *Times* e o *Daily Telegraph*. Continuando no mesmo espírito de intervenção e de revolucionismo intelectual das famosas “Conferências do Casino”, os alvos de maior crítica eram o desdém português pela opinião da Europa civilizada e, mais globalmente, a sua completa ausência de interesses intelectuais. Escrevia então Eça para o Brasil, mas para atingir Portugal:

Eu não reclamo que o país escreva livros, ou que faça artes: contentar-me-ia que lesse os livros que já estão escritos, e que se interessasse pelas artes que já estão criadas. A sua esterilidade assusta-me menos que o seu indiferentismo. O espectáculo é vê-lo fazer no marasmo, sem vida intelectual, alheio a toda a ideia nova, hostil a toda a originalidade, crasso e mazorro, amuado a seu canto, com os pés ao sol, o cigarro nos dedos e a boca às moscas...É isto o que punge”. (Queiroz¹: 170)

Também Maria Velho da Costa, a par das inquietações por uma pátria de democracia ainda recente, não escaparia a fazer algumas críticas mais directas a Portugal, designadamente àquela

que era então a sua situação política, onde denotava vários vícios: aqueles, antigos, da bipolarização e do sebastianismo (Costa 1984: 147), e os da pretensão, rodeios e facúndia da produção cultural contemporânea⁶. Mas se era verdade que, de longe, ou a partir “da eficácia da desfaçatez *naturalista* anglo-saxónica”, a escritora se apercebia melhor da “pedantaria *cultista* nacional” (*idem*: 231), nem por isso deixava de se auto-criticar por assim soçobrar àquela a que chamou a “perda de tempo por excelência pátria – [isto é] a ira doméstica do emigrante contra o *poseur* que vai ficando” (*idem*: 230). Rasgos umbilicalistas de uma obsessão à distância que a própria autora sintetizava assim:

>>

Foi preciso vir para Londres para parecer o Pacheco nas Caldas. A crónica do estrangeiro tem destes dias, familiaridade abusiva, irada com a instalação de quem (se) fica. Reconhecê-los-eis pelos frutos, diz o livrinho a consolar-nos de desgraças locais tais como a nacionalidade, o público. O próprio umbigo. (*idem*: 229)

As reflexões sobre a realidade portuguesa espalhadas ao longo de *O Mapa Cor de Rosa* são, aliás, de um modo geral, indirectas e abrangentes. Indirectas, porque decorrem da comparação com a realidade inglesa, e abrangentes porque resultam da transposição de uma constatação ou experiência pontual para o ápice reflexivo que nelas destaca ou questiona a subjacente problemática social, política ou cultural. Assim acontecia, por exemplo, numa crónica em que se cruzam a inesperada ida ao teatro para ver *Oresteia* e as notícias de sinais de violência civil em Lisboa e em Londres, culminando num esboço de reflexão sobre cidadania, sintetizada na pergunta retórica que a autora deixava a pairar, no final da carta-crónica: “Se a Cidade perde crédito no seu discurso de equidade, há que ter alguma surpresa das Fúrias, dum ou de outro sinal?” (*idem*: 165). Assim acontecia também quando, a propósito do encontro anual da *Commonwealth* e das controvérsias em torno dos indivíduos vindos ou ligados às ex-colónias inglesas, Maria Velho da Costa sugeria que Portugal e a

Inglaterra eram “finalistas igualmente chumbados de uma desigualmente proveitosa, mas igualmente idealizada, prova imperial” (*idem*: 218), para, em seguida, vir tocar nos problemas de identidade colectiva causados quer pela “experiência da desagregação e do desânimo no lugar próprio”, quer pela radical incorporação das questões étnicas e nacionais (*ibidem*).

Ter-se-á já notado que ao intitular esta análise “Outras Cartas de Londres”, pretendi dar ênfase não tanto ao sentido adicional do pronome, mas sobretudo à sua acepção de diferença. Isso não me impede de considerar que estas crónicas à distância tenham constituído um laboratório ou ensaio de escrita para cada um dos autores. É verdade que Eça de Queiroz viria a referir-se-lhes de modo assaz depreciativo em carta enviada a Ramalho Ortigão (Queiroz 1983: 124), mas certamente que existia aí sobretudo sinal de má consciência ou de autocensura perante as razões económicas que o levavam a colaborar nos jornais, bem assim como perante a hierarquização sociocultural dos diferentes discursos a que o escritor não era alheio. Se as suas foram crónicas de teor fundamentalmente político, factual, nelas se reconhecem também (ou já) o fôlego e a vivacidade descritivas, a argúcia do recorte e da caricatura sociais, bem assim como o acerto do olhar crítico que o destacariam também sobremaneira enquanto ficcionista.

No que diz respeito a Maria Velho da Costa, a escritora nunca rejeitou os seus textos publicados na imprensa e a prova disso foi que acabou por vir a publicá-los em livro (fê-lo com *O Mapa Cor de Rosa*, como já o fizera com *Desescrita*⁷ e *Cravo*⁸), se não por iniciativa própria, pelo menos com o seu consentimento e organização integrados. Mais do que destacar eventuais especificidades e oposições à imagem daquelas que a crítica de género, aplicada à literatura de viagens ou mesmo à literatura das migrações, tem relevado nos textos escritos por mulheres (vd. por ex. Broe/Ingram 1989; McEwan 2000 ou Roca/ El Nossery 2011), parece-me que, pelo menos neste caso, é muito mais significativo o século que separa as crónicas de Maria

Velho da Costa e de Eça de Queiroz, do que o sexo dos textos e/ou dos respectivos autores. Não se trata apenas de constatar as diferenças da temporalidade histórica em geral, mas também e sobretudo, do tempo intrínseco à Literatura, àquilo que nela se transformou ou acentuou nesse período, designadamente a nível da chamada crise da representação, da marcada autoreflexividade textual, da deslocação do mundo empírico para o interior da própria escrita, no sentido da refeita ou rarefeita restituição do plano da experiência, então transfigurado.

É, com efeito, evidente que as crónicas-cartas que constituem *O Mapa Cor de Rosa* de Maria Velho da Costa não só integram essa História interna à Literatura com que implicitamente se debatem, como dão também eco das questões sociais e políticas que marcaram não apenas a Inglaterra como, em geral, a Europa, à entrada dos últimos anos 80. Isto quer dizer que, não obstante o compromisso comunicativo que representavam esses textos destinados a ser publicados numa imprensa generalista, Maria Velho da Costa nunca deixou de o assumir como escritora “a tempo inteiro”, isto é, como artesã em pleno exercício das palavras e do discurso, cujo intuito não era apenas ou fundamentalmente ser entendido como simples mensagem postal, tal como ela própria fizera notar em prefácio do seu anterior livro de crónicas publicadas na imprensa: “(...) se eu escrevesse de escrever não escreveria para ser entendida. Há para isso os correios, telégrafos e telefones e até falar. Seria para entender do que nos comove e move para onde.” (Costa 1976: 11). E no mesmo conjunto de crónicas, rompendo com eventuais expectativas em relação a esse tipo de textos, haveria ainda de vincar que o seu “modo preferencial de comunicar por escrito não é a explicitação” (*idem*: 105).

Algumas das suas crónicas podem inclusive ser lidas enquanto “micronarrativas”, como por exemplo, aquelas duas intituladas “O Jantarinho” (também de subtil sabor queiroziano, se bem que com o necessário *aggiornamento*), onde circulam personagens da diáspora portuguesa, compactadas na abstracção de diferentes categorias, à imagem do que lhe acontecera conce-

>>

ber na “Madrugada” inicial de *Lucialima*, com as figuras do Poeta, da Mulher, da Doida ou da Criança (Costa 1983). Noutras, a autora vai intercalando reflexões, contorções sintáticas e insistências lexicais que levam o leitor a testemunhar ou a confrontar-se com a dinâmica da própria escrita, com o seu percurso de deslocação ou de afastamento dos limites do factual para a porosidade de um dis-curso que resiste e que co-move.

Apesar de ter residido em Londres até 1987, Maria Velho da Costa despediu-se da sua regular actividade cronística n’*A Capital* em meados de 1982. Mesmo que ignore se houve factores externos a causar ou a acelerar uma tal decisão, não deixa de ser sintomático que a autora, em Março de 1982, se tivesse dedicado já a uma “aberta para balanço” da sua experiência londrina:

(...) chega-me agora, no princípio do começo do fim deste tempo, uma espécie de grande gratidão, de júbilo muito mais fundo que uma impressão agradada — apesar de toda a sua mais que aparente desgraça, degeneração, violência, esta cidade, este tempo, foi-me fecundo! (Costa 1984: 196)

Mais tarde, Maria Velho da Costa viria a referir-se a esse período no estrangeiro como a “anos de aprendizagem agri-doce” (Costa 2005), nela incluindo certamente não apenas a aprendizagem da escrita, no sentido mais literal do termo⁹, como também a consciência verbalizada desse íntimo estar, ou sentir-se, deslocado(a), ou seja, fora de um sítio próprio (nem aqui, nem lá), aliás, como milhões de outros emigrantes, se bem que, ao contrário da generalidade deles, se trate de alguém com palavras para nomear “essa falha e esse susto” que representa a própria deslocação (Costa 1984: 224). Mais de vinte depois, no romance epistolar urdido a meias com Armando Silva Carvalho, a escritora exposta como autora e personagem de si mesma, confirmará novamente a importância da sua estadia em Londres, ao afirmar como quem revela em criptograma: “Foi ali [na sua morada em Londres, 110, Stapleton Hall Road] que travei lutas de vida, muito árduas, entre outras coisas por ter visto *a luz*

em um país doente.” (Carvalho/Costa 2006: 242). É de notar que Maria Velho da Costa integrava aqui mais voz – ligeira mas significativamente adaptada – de um outro escritor português que viveu a deslocação, aliás longínqua, em Macau, e a integrou criativamente. Refiro-me a Camilo Pessanha cujo poema “Inscrição”, chamado a abrir *Clepsidra*, começava com o sugestivo verso: “Eu vi a luz em um país perdido” (Pessanha 1969: 159).

Noutro contexto de estudo, importaria explorar até que ponto, ou de que modos, os romances *Lucialima* e *Missa in Albis*, cuja escrita coincide, em geral, com a estada de Maria Velho da Costa em Londres, integram também essa experiência de “passagem de estar” da escritora, podendo desde já adiantar que, à parte a breve passagem, em *Missa in Albis*, sobre a da lua-de-mel de Sara e Simão na capital inglesa (Costa 1988: 325-326), não se encontra neles quaisquer detalhes sobre a sua experiência londrina. Importa, todavia, ter em conta que, no mundo do romance, a deslocação criativa não se confunde com qualquer escrita testemunhal de experiências prévias ou paralelas do autor empírico; quando muito a deslocação projecta-se, enviada, nalguns pormenores como acontece também com o sentir, desabafado, de Judite, personagem de *Lucialima*, também ela deslocada em África, que (se) diz: “Como uma estrangeira, agora, ou uma emigrante” (Costa 1983: 304). Farei ainda notar que o Portugal de deslocados ou o Portugal em deslocação, isto é, com uma paisagem sociocultural em manifesta mutação – emergente nos últimos livros desta escritora, depois do seu longo pousio romanesco –, adopta e prolonga a perturbação e mestiçagem do mundo e da escrita para que Maria Velho da Costa se mostrou particularmente sensível na sua estadia em Londres e ao longo dos módulos que constituem o seu *Mapa Cor de Rosa*. Perturbação essa que viria a acentuar-se por certo com a sua experiência em África, muito concretamente em Cabo Verde, onde a escritora residiu entre 1988 e 1990, a seguir ao seu regresso de Inglaterra.

Assim, mais do que textos de circunstância, ritmados por

>>

compromisso editorial de um escritor no estrangeiro, as crónicas de Londres de Maria Velho da Costa, como de resto também, e até certo ponto, as de Eça de Queiroz escritas e publicadas um século antes, representaram um lugar de passagem para a (re)construção textual e para a mundividência de cada um dos autores. Essa é afinal a forma mais consequente e perene de tornar criativa a experiência de deslocação de um escritor que, como a autora de *O Mapa Cor de Rosa*, pretenda distinguir-se daqueles outros “viadantes carnívoros, muito ciosos do entendimento do que *visitam*”. Sobre esses “viadantes” que se comprazem nos antípodas de uma “passagem de estar”, diz ainda Maria Velho da Costa como quem neles denuncia a vacuidade imune ao estranhamento: “Voltam para casa e voltam a pôr as andorinhas na parede e o *napperon* em cima da televisão e dos sentimentos bons” (Carvalho/Costa 2006: 310).

Ao contrário de muitos autores exilados ou migrantes, estes escritores deslocados, “em passagem de estar”, não se refugiam num tempo/espço mítico das origens nem se confinam ou são confinados às margens da literatura. Impulsionados pela própria dinâmica da escrita cronística no estrangeiro que faz deles também, ou sobretudo, tradutores culturais, estes escritores desenvolvem mais um pensamento crítico do presente do que um discurso nostálgico do passado, como acontece a muitos exilados ou emigrantes. Por outro lado, a sua deslocação criativa não fica em princípio limitada ao período efectivo da sua ausência do país natal, pois a “distorção e afinamento da percepção” que lhes são proporcionadas pela experiência da expatriação, ou seja por uma distância concreta acompanhada de um distanciamento (auto-)reflexivo, acabam por se tornar para eles, neste caso tal como para os escritores exilados, numa estrutura de inscrição de tensões dialécticas (McClennen 2004: 43) no seu próprio processo criativo. Em suma, há deslocações que se tornam deslocamentos e de onde nunca mais se regressa... <<

NOTAS

[1] Esta comunicação insere-se no âmbito do projecto Interidentidades, do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, Unidade de Investigação & Desenvolvimento, sediada na Faculdade de Letras do Porto e financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ao abrigo do Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação 2010 (POCI 2010), do Quadro Comunitário de Apoio III (POCI 2010-SFA-18-500).

[2] Em rigor, o título *Mapa Cor de Rosa* já surgira em 1981 para encimar a coluna com que a autora colaborou no *JL*, por altura da criação daquele jornal.

[3] Sobre as questões levantadas pela relação entre experiência de exílio e literatura, existe já uma longa bibliografia crítica de que me limito a destacar Guillen 1995, Suleiman 1998, McClennen 2004, Morel *et alii* 2010, Zeng 2010.

[4] Estes escritores deslocados, “em passagem de estar”, coincidem com a condição dos “escritores-diplomatas” sobre a qual já me debrucei no contexto das representações da diáspora portuguesa, *vd.* “Aquém e além da diplomacia: escritores no estrangeiro com Portugal no horizonte”, in Mendes 2009.

>>

[5] É nesse sentido que parece, no mínimo, forçado pretender retirar ilações, como o fez Américo Guerreiro de Sousa, sobre a “verdadeira” posição de Eça de Queiroz sobre a Inglaterra e a cultura inglesa, a partir da sua escrita ficcional, contrapondo-a ainda com opiniões expressas nas suas colaborações jornalísticas (Sousa 2000: 31), a despeito da alegada “ambivalência” que essa, sim, sintetiza a postura discursiva de quem observa sempre por comparação implícita e num misto de aproximação e de distanciamento.

[6] Veja-se a propósito a crónica intitulada “Miss Foguete” (Costa 1984: 227-231).

[7] Livro que reúne crónicas publicadas no *Diário de Notícias*, no *Diário de Lisboa*, n’*A Capital*, na *República* e no *Expresso* (Costa 1973).

[8] Livro com crónicas anteriores ao 25 de Abril 1974 e imediatamente posteriores, em especial ao chamado Verão Quente de 75.

[9] “Porque se escreve sempre em terra alheia, em língua que não é mãe, assim de entre mãe e madrastra” (Costa 1984: 139).

BIBLIOGRAFIA ∨

Broe, Mary/ Ingram, Ângela (eds.) (1989), *Women's Writing in Exile*, The University of North Carolina Press.

Carvalho, Armando Silva/ Costa, Maria Velho da (2006), *O Livro do Meio*, Lisboa, Caminho.

Costa, Maria Velho da (1973), *Desescrita*, Porto, Afrontamento.

-- (1976), *Cravo*, Lisboa, Moraes Editores.

-- (1983), *Lucialima*, Lisboa, Publicações Dom Quixote [ed.ut. 4^aed, 1997].

-- (1984), *O Mapa Cor de Rosa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

-- (1988), *Missa in Albis*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

-- (2005), "Fernando for Beginners", *JL*, 917, 23 de Novembro.

Guillen, Claudio (1995), *El sol de los desterrados. Literatura y exilio*, Barcelona, Cuadernos Crema.

Kaplan, Caren (1996), *Questions of Travel. Postmodern Discourses of Displacement*, Durham and London, Duke University Press.

McClennen, Sophia (2004), *The Dialectics of Exile*, West Lafayette, Indiana, Purdue University Press.

McEwan, Cheryl (2000), *Gender, Geography and Empire: Victorian Women Travellers in West Africa*, Bloomington, Ashgate Pub Ltd.

McWilliams, Nathan/ Diogo, Américo Lindeza/ Coimbra, Fernando (2008) - *Maria Velho da Costa e o Romance. Três Tentativas*, Pena Perfeita.

Mendes, Ana Paula Coutinho (2009), *Lentes Bifocais. Representações da diáspora portuguesa do século XX*, Porto, Edições Afrontamento.

Morel, Jean Pierre et alii. (eds.) (2010), *Dans le dehors du monde. Exils d'écrivains et d'artistes au XXe siècle*, Paris, Presses Sorbonne Nouvelle.

Queiroz, Eça de (s/d)¹, *Da Colaboração no «Distrito de Évora»*, I, Lisboa, Edições "Livros do Brasil".

-- (s/d)², *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*, Lisboa, Edições "Livros do Brasil".

-- (s/d)³, *Cartas e outros escritos*, Lisboa, Edições "Livros do Brasil".

-- (1983), *Correspondência*, org. de Guilherme de Castilho, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, Vol. I.

Pessanha, Camilo (1969), *Clepsidra e outros poemas de Camilo Pessanha*, Introdução crítico-bibliográfica por João de Castro Osório, Lisboa, Edições Ática.

Roca, Anna/ El Nosssery, Névine (2011), *Frictions et devenirs dans les écritures migrantes au féminin: Enracinements et renégotiations*, Éditions Universitaires Européennes.

Rushdie, Salman (1994), *Pátrias Imaginárias*, trad. de Helena Tavares, Ana Vilela e Filomena Pereira, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Said, Edward (2004), *Orientalismo. Representações ocidentais do Oriente*, trad. de Pedro Serra, Lisboa, Livros Cotovia [ed. orig. 1997].

-- (2004a), *Reflexiones sobre el exilio. Ensayos literarios y culturales*, trad. de Ricardo García Pérez, Barcelona, Debate, [ed. orig., 2001].

>>

Sousa, Américo Guerreiro de (2000), "Eça de Queiroz e a Inglaterra - uma relação ambivalente", *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, nº9-10, Abril Setembro 2000: 27-33.

Suleiman, Suasan Rubin (ed.) (1998), *Exile and creativity*, Duke University Press, [1996].

Zeng, Hong (2010), *The Semiotics of Exile in Literature*, Palgrave Macmillan.